



**PROPOSTA N.º 387/2017**

**Assunto:** Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 3/EPPGDL/17 - “Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas” - Processo n.º 1/CPI/DGES/2017, com recurso ao concurso público, com publicidade internacional e na modalidade de conceção-construção; aprovação das peças de concurso, de nomeação do júri, de designação de peritos para apoio ao júri e de submissão à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

**Pelouros:** Obras Municipais.

**Serviços:** DMPO/DGES

**Considerando que:**

O crescimento da cidade de Lisboa, o seu aumento populacional e a crescente exigência dos seus moradores e visitantes impõe a obrigação de dotar a cidade com os meios necessários e adequados a garantir a segurança e conforto dos seus habitantes;

Nos últimos tempos, tem-se vindo a sentir, especialmente em momentos de chuvas intensas, e com particular incidência, os efeitos da desadequação da rede de saneamento municipal às necessidades e exigências da população;

A antiguidade da rede de saneamento da cidade de Lisboa leva a que, em alturas de precipitação com intensidade mais elevada, se faça sentir a sua desadequação e inoperacionalidade, em certas zonas da cidade, originando inundações com prejuízos materiais elevados;

Para além da antiguidade da rede de saneamento de Lisboa, há que considerar, igualmente, o seu relativo desconhecimento, quer no que respeita ao cadastro da rede de coletores, quer no que à sua



## C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

conservação diz respeito, associada à precária reabilitação e manutenção necessárias para o seu bom funcionamento;

Com o intuito de ultrapassar os constrangimentos *supra* descritos, foi elaborado, em 2006, o Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL), cujo estudo foi aprovado pelo Executivo Camarário em 2008;

Por motivos vários não foi possível, até à presente data, avançar com a implementação deste estudo, pelo que os problemas que já existiam na rede de saneamento, à data da sua elaboração, se foram agravando, verificando-se que, ao longo destes anos, as inundações têm vindo a aumentar, num grau de perigosidade, que põem em causa a segurança de pessoas e bens;

No que respeita aos riscos de inundação, a situação tem tendência a agravar-se devido à crescente ocupação do território e ao efeito das alterações climáticas, nomeadamente no que respeita ao aumento do nível médio da água do mar e ao risco de ocorrência de eventos extremos de precipitação;

Por este motivo, o Executivo Camarário decidiu avançar, em 2014, com a implementação do PGDL, após a revisão do mesmo, devido ao tempo entretanto decorrido desde o anterior estudo, tendo esta nova versão sido denominada "PGDL 2016-2030";

O novo documento veio a ser aprovado, por unanimidade, através de deliberação tomada em Reunião de Câmara, de 16 de dezembro de 2015;

O "PGDL 2016-2030" veio melhorar, significativamente, as opções tomadas na minimização das cheias nas zonas mais problemáticas da cidade, prevendo o aumento da capacidade de transporte dos caudais provenientes de chuvadas de grande intensidade, minimizando custos associados à manutenção das infraestruturas a implementar e garantindo uma maior credibilidade na resolução dos problemas existentes na rede de drenagem, em vários locais da cidade, sem aumento significativo em relação aos investimentos iniciais;



## C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

As diversas ações a implementar na execução do "PGDL 2016-2030" recaem, essencialmente, no controlo na origem (bacias de retenção/absorção), na rede concetual existente, composta de coletores com maiores dimensões com uma extensão de 170 km e em duas das suas obras estruturantes, o túnel Monsanto - Sta. Apolónia (TMSA), com cerca de 5km de extensão e 5,5m de diâmetro e o túnel Chelas – Beato (TCB), com cerca de 1 km de extensão e igual diâmetro;

A implementação desta solução através da construção de dois túneis se reveste dum enorme investimento de valor para a cidade e para a sua adaptação a um dos efeitos proveniente das alterações climáticas, resolvendo entre 70% a 80% os riscos de inundações na cidade de Lisboa;

A não concretização desta obra, na eventual ocorrência de uma inundação de elevada gravidade, poderá dar origem a outros danos muito elevados, com riscos de acidentes graves, pondo em causa a própria vida humana e a destruição de zonas com património classificado;

Acresce que,

Para a concretização desta obra estruturante, se torna imprescindível lançar mão de um procedimento pré-contratual para a celebração da correspondente empreitada de obra pública, e que atenta a especial dimensão, natureza e complexidade da mesma, a Câmara Municipal não possui meios humanos e técnicos para a elaboração de um projeto de execução com estas características e especificidades;

Não fossem as especiais características desta intervenção, a Câmara Municipal deveria, antes de iniciar o procedimento pré-contratual para a celebração do contrato desta obra pública, prover o projeto de execução e, se fosse o caso, através de procedimento pré-contratual para a sua aquisição no mercado, uma vez que o nº 1 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho dispõe, como regra base, que o caderno de encargos do procedimento de formação de contratos de empreitada de obras públicas deve incluir um projeto de execução;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Porém, o CCP também estatui, no nº 3 do citado artigo 43º que, em casos excepcionais devidamente fundamentados, nos quais o adjudicatário deva assumir, nos termos do caderno de encargos, obrigações de resultado relativas à utilização da obra a realizar, ou nos quais a complexidade técnica do processo construtivo da obra a realizar requeira, em razão da tecnicidade própria dos concorrentes, a especial ligação destes à conceção daquela, a entidade adjudicante pode prever, como aspeto da execução do contrato a celebrar, a elaboração do projeto de execução, caso em que o caderno de encargos deve ser integrado apenas por um programa preliminar;

Revela para a fundamentação do recurso à figura da conceção-construção e tal como já aqui ficou expresso, a circunstância de estarmos perante uma empreitada na qual o processo construtivo da obra se reveste de um extraordinário grau de complexidade técnica, designadamente pelo método preconizado para a intervenção, e que requer uma especial ligação dos concorrentes à conceção do projeto e produção dos meios necessários à sua concretização;

Neste modelo, a Câmara Municipal enquanto entidade Adjudicante tem, igualmente e como vantagem, a simplificação procedimental de promover um único procedimento pré-contratual, de seleção do empreiteiro (e não por via da contratação de um prévio trabalho de conceção de projeto), sem lhe retirar toda a margem de otimização, ficando o empreiteiro responsável pelo projeto de execução, que deverá, no entanto, respeitar sempre e em qualquer caso, o programa preliminar patenteado a concurso;

Atendendo à necessidade de, desde já, se lançar um procedimento para a seleção de um empreiteiro, o modelo que se afigura mais exequível é o do concurso para a celebração de contrato de empreitada, formado por um caderno de encargos que integra um programa preliminar, este último e em particular, com um detalhe mais elevado, devido ao facto dos traçados dos túneis estarem sujeitos a prévia aprovação de outras entidades externas à Câmara, nomeadamente as do Metropolitano de Lisboa e da Administração do Porto de Lisboa e, ainda, face à natureza e complexidade de certos aspetos fundamentais para a sua exequibilidade e funcionalidade, ficando, assim, a elaboração do projeto de execução a cargo do empreiteiro;



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

É com base na fundamentação exposta que aqui se propõe que, para realização desta empreitada, se recorra à modalidade de conceção-construção, através da qual se patenteará a concurso um programa preliminar, com um grau de detalhe mais elevado, respeitando, assim, a determinação legal imposta pelo artigo 43º, nº 3 do CCP;

Para dar cumprimento à exigência da alínea c) do nº 5 do artigo 43º do CCP e tendo por base o programa preliminar e os elementos de solução de obra que integram o caderno de encargos, foi, atempadamente, solicitada à Agência Portuguesa do Ambiente, a emissão de declaração de impacto ambiental (DIA) a qual se prevê que possa ser emitida a breve trecho;

Atento o elevado grau de desenvolvimento dos elementos da solução da obra que integram o caderno de encargos, não é expectável que a DIA venha a impor alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, sendo que se tal vier a ocorrer em virtude da DIA ou de outros estudos complementares, entretanto conhecidos, o concurso não será iniciado e, por conseguinte, colocado na plataforma eletrónica, enquanto não se introduzirem as necessárias correções ou retificações aos elementos da solução da obra e não se apresentar a este órgão uma proposta de alteração que recolha as modificações impostas;

Do aludido programa preliminar e dos estudos técnicos que o acompanham resulta também já a definição de um traçado para a construção dos futuros túneis, não sendo expectável que o mesmo sofra alterações relevantes, em fase do desenvolvimento do projeto de execução;

O conhecimento do traçado dos túneis permite que, desde já, sejam iniciadas as medidas de natureza expropriatória a realizar ou de constituição de direitos sobre propriedades particulares, incidindo quer sobre a área de intervenção, quer sobre a área de proteção, salvaguardando-se, desta forma, a exigência do CCP, relativa a esta matéria;

As questões de natureza patrimonial serão objeto de deliberação autónoma;

Para tanto, foi preparada a empreitada nº 3/EPPGDL/17 - "Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas" – Processo n.º 1/CPI/DGES/2017;



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

Nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação de contratos, no caso dos concursos públicos, são o programa de concurso e o caderno de encargos, sendo este regulado pelos artigos 42.º e 43.º do referido diploma legal;

Tratando-se de um concurso público na modalidade de conceção-construção e tal como define o n.º 3 do artigo 43.º do CCP, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, o caderno de encargos integra um programa preliminar, do qual constam, no entanto, atendendo à natureza da obra, o potencial de serviços de terceiros afetados e as consequências para o bom e regular funcionamento da cidade de Lisboa das interações com infraestruturas enterradas de serviço ou interesse público, indicações imperativas que o adjudicatário terá de respeitar aquando da elaboração do correspondente Projeto de Execução;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

O contrato a celebrar, implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos, com o preço base de € 106.302.000,00, com exclusão do IVA;

O prazo para a execução da obra é máximo de 1.200 dias, acrescidos de 365 dias para a manutenção de espaços verdes, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;

Face ao preço base do concurso, o procedimento será tramitado com recurso a um concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, sendo que, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015, este concurso carece de publicidade internacional;



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete, também, à entidade competente para decisão de contratar;

Por se tratar de um concurso com elevada complexidade, nomeadamente no que à fase de análise e de avaliação de propostas diz respeito, o júri será apoiado, de acordo com o disposto no artigo 68º, nº 6 do já aludido Código, nos seguintes termos: nas áreas de engenharia por técnicos do consórcio autor dos elementos de solução de obra (Hidra/Engidro) e por técnicos a indicar pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC; na área jurídica pela sociedade de advogados Garrigues, sendo que as respetivas designações serão posteriormente submetidas a deliberação da Câmara Municipal;

Estamos, ainda, perante uma proposta de decisão de contratar e que face ao tempo de tramitação do concurso, de obtenção de visto e ao prazo de execução do contrato, haverá que se proceder a uma repartição de encargos para os anos financeiros de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%;

O enquadramento orçamental foi feito nos seguintes códigos: Ação do Plano: D1.P001.01; Orgânica: 09.01; Económica: 07.01.04.01.09;

A assunção do compromisso plurianual desta empreitada aqui proposta, deverá, assim, ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que o investimento a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro;

Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;



## C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas estas decisões, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com exceção da aprovação da assunção do compromisso plurianual que compete à Assembleia Municipal, tal como anteriormente explicitado;

### **Temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:**

- 1 - Aprovar a decisão de contratar da empreitada nº 3/EPPGDL/17 - "Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas" – Processo n.º 1/CPI/DGES/2017 e com o preço base de € 106.302.000,00, com exclusão do IVA e pelo prazo de execução máximo de 1.200 dias, acrescidos de 365 dias para a manutenção de espaços verdes, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do referido Código, com publicidade internacional e com recurso à figura da conceção-construção; prevista no nº 3 do artigo 43º do CCP, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho.
- 3 - Aprovar, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos e sujeita à condição suspensiva de emissão da declaração de impacto ambiental (DIA) por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o programa do concurso e o caderno de encargos;
- 4 - Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:





C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**EFFECTIVOS:**

Presidente: José Fernando da Silva Ferreira – Técnico Superior (Engenheiro), Coordenador da Equipa de Projeto do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (EPPGDL)

1º Vogal: Pedro Henrique Lecoq Navarro de Andrade Botelho - Técnico Superior (Engenheiro), Coordenador Adjunto da EPPGDL, o qual substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos

2º Vogal: Gonçalo Mendes Dinis Vieira - Técnico Superior (Engenheiro) da EPPGDL

3º Vogal: Maria do Céu Ribeiro Monteiro - Técnica Superior (Engenheira) da EPPGDL

4.º Vogal: Mónica Pinto Ribeiro – Técnica Superior (Engenheira), Diretora do Departamento de Gestão de Empreendimentos e Segurança da Direção Municipal de Projetos e Obras (DMPO/DGES

5.º Vogal: Membro a designar pela Ordem dos Engenheiros

6.º Vogal: Paulo Jorge Teixeira Paiva – Técnico Superior (Gestão), Diretor do Departamento de Aprovisionamento da Direção Municipal de Finanças (DMF/DA)

**SUPLENTES:**

1º Vogal: Isabel dos Santos Camacho – Técnica Superior (Jurista), Chefe da Divisão de Lançamento de Empreitadas da DMPO/DGES

2.º Vogal: Pedro Félix – Técnico Superior (Engenheiro) – da DMPO/DGES

3.º Vogal: Carla Sofia de Oliveira dos Reis Cupido – Engenheira da EPPGDL

4.º Vogal: Miguel Ângelo Reis de Sousa - Engenheiro da EPPGDL

5.º Vogal: Alberto Armando Silva – Técnico Superior (Jurista) da EPPGDL



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

5 - Designar, nos termos do nº 6 do artigo 68º do CCP, os Professores José Saldanha de Matos e António Jorge Monteiro (das empresas Hidra e Engidro, autores dos elementos de solução de obra) como peritos para apoio nas funções do júri.

6 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro, passando, deste modo, a repartição de encargos a estar abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:

2017 - € 0,00

2018 - € 23.320.000,00

2019 - € 27.560.000,00

2020 - € 38.160.000,00

2021 - € 23.618.920,00

2022 - € 21.200,00.

Lisboa, 22 de junho de 2017.

O Vereador

Manuel Salgado

O Vereador

José Sá Fernandes



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovados na Reunião de Câmara de 22 de junho de 2017, as atas, o voto de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminados, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 158, 159 e 160/2017 das reuniões de Câmara de 20, 26 e 27 de abril de 2017.

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 16/2017** (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios que atingiram Portugal, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de Congratulação n.º 5/2017** (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar o Voto de Congratulação ao triatleta João Pereira, ao seu treinador e à Federação Portuguesa de Triatlo, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**Proposta n.º 323/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores Catarina Vaz Pinto e Manuel Salgado)**

Aprovar a classificação do edifício do Dispensário de Alcântara, como Monumento de Interesse Municipal (MIM), nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 386/2017**

**(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)**

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos, bem como a abertura de procedimento para o fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, pela Câmara Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 252º, do Código dos Contratos Públicos, nos termos da proposta;

**(Adiada)**

**Proposta n.º 387/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e José Sá Fernandes)**

Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 3/EPPGDL/17 - "Empreitada de Execução dos Túneis de Drenagem da Cidade de Lisboa e Intervenções Associadas" - Processo n.º 1/CPI/DGES/2017, com recurso ao concurso público, com publicidade internacional e na modalidade de conceção-construção; aprovação das peças de concurso, de nomeação do júri, de designação de peritos para apoio ao júri e de submissão à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não esteve presente, não tendo participado na discussão e votação da proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Proposta n.º 433/2017**

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

Aprovar a transferência de verba para o Agrupamento de Escolas Luís António Verney referente a refeições escolares - Ano letivo 2016/2017 - 2ª tranche, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na discussão e na votação da proposta

**Proposta n.º 434/2017**

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Autorizar a doação de veículos e equipamentos da frota municipal a diversas Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa, nos termos da proposta;

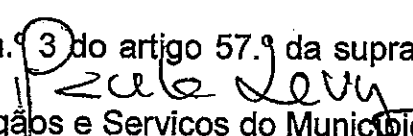
(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 435/2017**

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a atribuição do topónimo "Praça da Constituição de 1976", nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	14 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 1PCP)	1 (1CDS/PP)	0

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 22 de junho de 2017

O Presidente

  
Fernando Medina